

# O DIREITO À PRIVACIDADE E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO AMBIENTE VIRTUAL: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Clara Rúbia da Silva Gonçalves  
Ívina Eduarda Marques Gonçalves  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA**  
Direito, Campus Aimorés,  
danielavasconcelos@ulife.com.br

## Introdução

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, representa um marco regulatório no Brasil para a proteção da privacidade dos cidadãos em um ambiente cada vez mais digital. Este estudo explora os desafios enfrentados por plataformas digitais e redes sociais na implementação da LGPD, destacando sua relevância para assegurar a privacidade e proteger dados pessoais no contexto de uma sociedade conectada. A análise considera o impacto da legislação, inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) europeu, na criação de mecanismos eficazes de proteção.

Além de examinar a aplicabilidade da LGPD, o artigo enfatiza a necessidade de soluções que garantam o equilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e a proteção dos direitos fundamentais. A importância do tema está ligada à crescente interconectividade e ao uso intensivo de dados pessoais, que exigem regulamentações claras e eficazes para evitar abusos e proteger a dignidade humana.

## Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é analisar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, no Brasil, com ênfase em sua implementação nas plataformas digitais e redes sociais, e verificar se os mecanismos de proteção previstos na lei têm sido eficazes para garantir a privacidade dos usuários.

## Metodologia

Realizou-se pesquisa qualitativa, de base documental, bibliográfica e jurisprudencial. Foi utilizado o método jurídico-indutivo, com análise de literatura e de casos judiciais relevantes sobre a LGPD. A coleta de dados foi feita em bases como Scielo e Google Acadêmico, com ênfase em publicações recentes e de acesso gratuito.

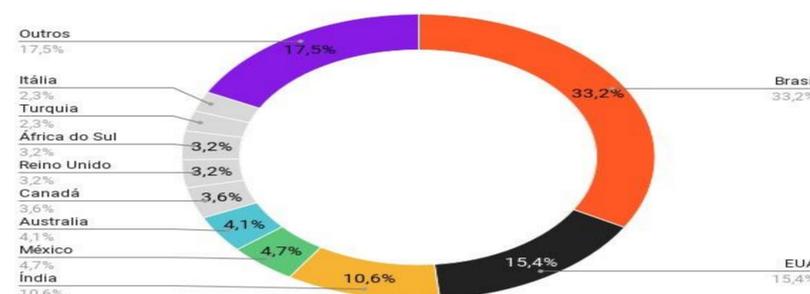
## Resultados

Este artigo reflete sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, destacando seu surgimento em resposta aos desafios trazidos pelo uso descontrolado da internet, inicialmente abordados pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). A LGPD busca proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e dignidade da pessoa humana, regulamentando o tratamento de dados pessoais e sensíveis.

Essas categorias, conforme Moreira, Razzolini Filho e Adrião (2013) abrangem desde informações cadastrais até preferências comportamentais, o que exige maior responsabilidade dos controladores e operadores para garantir segurança e transparência. Essa regulamentação surge como resposta ao aumento de vazamentos de dados, que colocam em risco a privacidade dos usuários.

Com princípios estruturantes e penalidades rigorosas, a LGPD atua como uma ferramenta essencial em um cenário digital cada vez mais avançado. Estudos indicam que a lei é eficaz ao responsabilizar gestores pelo uso inadequado de dados e ao reduzir ações criminosas, como vazamentos. Além disso, ela promove a segurança jurídica, contribuindo para a proteção dos direitos fundamentais e a livre formação da personalidade dos indivíduos. A LGPD é um marco para o ordenamento jurídico brasileiro e continua sendo fundamental para o equilíbrio entre os avanços tecnológicos e a proteção de dados pessoais.

## Imagem 1- BRASIL LIDERA RANKING GLOBAL DE VAZAMENTOS DE DADOS EM 2021



Fonte: CISO Advisor. Brasil lidera ranking de vazamento de dados em 2021.

Disponível em: <https://www.cisoadvisor.com.br/brasil-lidera-ranking-de-vazamento-de-dados-em-2021/>. Acesso em: 21 nov.2024.

## Conclusões

Conclui-se que a referida Lei tem sido efetiva em favor do usuário de redes sociais no que concerne a proteção e segurança dos dados pessoais, com um aparato judicial e legislativo que tem seguido corretamente para regulamentar as ações na esfera das plataformas digitais.

## Bibliografia

BRASIL. Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 16 nov. 2024.

DINIZ, M.H. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2022.

MOREIRA, A.L.D; RAZZOLINI FILHO, E; ADRIÃO, M.C. Vigilância e privacidade no ambiente digital. Revista RDBCI, v. 2, n. 1, p. 17, 2023.

## Agradecimentos

Agradecemos ao Centro Universitário UNA e a professora orientadora Dra Daniela Mateus de Vasconcelos.

